

O PRAZER DO PODER: AS DIMENSÕES SIMBÓLICA E ECONÔMICA DA PORNOGRAFIA

COBO, Rosa. *Pornografía – El placer del poder*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2020.

Integrante da Rede Acadêmica Internacional de Estudos sobre Prostituição e Pornografia e professora de sociologia do gênero da Universidade de Coruña (Espanha), Rosa Cobo já vinha realizando estudos sobre sexualidade, política sexual e manifestações da indústria do sexo há mais de uma década.

Após as reflexões realizadas em *“Perspectivas feministas, Hacia una nueva política sexual”* (2011) e *“La prostitución en el corazón del capitalismo”* (2017), Rosa Cobo voltou suas análises ao fenômeno da pornografia. Lançado em 2020, a obra *“Pornografía – El placer del poder”* resgata as origens dos embates feministas sobre a pornografia para atualizá-la aos dias atuais, com o objetivo de despertar consciências críticas e alertar sobre o impacto do consumo desses materiais na realidade social.

Estruturado em sete capítulos, a obra busca compreender a dupla dimensão da pornografia: a simbólica e a econômica. A dimensão simbólica se refere a construção do imaginário coletivo de feminilidade, de masculinidade e da sexualidade humana; enquanto a dimensão econômica se refere a sua ligação com o capitalismo internacional. A primeira dimensão permeia grande parte da obra, sendo os quatro primeiros capítulos voltados à análise dos imaginários pornográficos; apenas o último capítulo é voltado especificamente à análise da segunda dimensão, embora essa conotação perpassasse por todas as discussões anteriores.

As discussões feministas sobre a pornografia começaram a ser travadas a partir do final da década de 1970, nos EUA, chegando posteriormente nos países europeus. Antes disso, a pornografia não era um assunto tratado pelo feminismo. A autora entende que isso ocorreu provavelmente por três razões: i) a pornografia era um fenômeno social de pequeno impacto, somente passando ocupar um local social distinto a partir da década de 1970; ii) os movimentos feministas iniciais precisavam dar respostas políticas imediatas a déficits de direitos civis e políticos, como o direito à educação, ao sufrágio e ao trabalho feminino; e iii) era necessário um rearranjo político do feminismo, que trouxesse a sexualidade para o centro do debate, para que a pornografia fosse identificada como mecanismo simbólico e material de controle das mulheres e se transformasse em uma problemática do feminismo.

Com a difusão do feminismo radical, a pornografia foi colocada em evidência e o movimento feminista se fragmentou em torno de duas visões opostas: de um lado,

Raisa D. Ribeiro

Professora Doutora de Teorias do Estado e da Constituição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: raisa.ribeiro@unirio.br / raisaribeiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2339-3903>

as feministas antipornografia, que a conceituaram como uma prática social patriarcal; de outro, as feministas pró-pornografia, que a defendiam como manifestações da liberdade individual. Adriane Rich, Andrea Dworkin, Kate Millet, Kathleen Barry, Catharine MacKinnon e Susan Brownmiller destacaram-se como renomadas ativistas da bandeira antipornografia; já Alice Echols, Carole Vance e Gayle Rubin adotaram a bandeira pró-pornografia.

Ao analisar essas correntes feministas, Rosa Cobo faz um apanhado dos argumentos e das perspectivas utilizadas por cada uma delas, para então, criticar veementemente as posições de defesa da pornografia, por encará-la como expressão econômica máxima da violência patriarcal.

Em síntese, a autora observa que, para a corrente antipornografia, a pornografia era considerada uma prática social originada no interior da cultura patriarcal, sendo uma manifestação da violência sexual contra as mulheres. Esses materiais perfazem um dispositivo fundamental para a dominação masculina, na medida em que apresenta as mulheres como seres sexualizados, passíveis e disponíveis para o uso sexual e os homens como seres ativos que necessitam acessar sexualmente o corpo das mulheres para comprovação de sua masculinidade, pautada na violência e na agressividade (DWORKIN, 1989; MACKINNON, 1996).

Do lado oposto, para a corrente pró-pornografia, ela seria encarada como uma expressão da liberdade individual e uma forma de combate à cultura patriarcal, que caracterizava o sexo como algo negativo e perigoso para as mulheres. O controle social sobre as formas de viver a sexualidade apresentaria um risco para o prazer das mulheres, sendo necessária a exploração dos desejos e a expansão da sexualidade feminina, em busca do prazer (VANCE, 1984). Somado a isso, estas feministas criticavam a estratificação sexual existente na sociedade, que define o que seria o sexo aceitável do sexo inaceitável (RUBIN, 1984). Para Rosa Cobo, essa corrente não está orientada a identificar os mecanismos de opressão patriarcal, mas os obstáculos à liberdade sexual, impostos principalmente aos grupos marcados pelas sexualidades não normativas.

Se a corrente antipornografia enfocava na exploração econômica e opressão patriarcal desse fenômeno, que violava a igualdade das mulheres na sociedade; a pró-pornografia se posicionavam em prol da defesa da liberdade sexual e visibilidade das dissidências sexuais. Nesse contexto, a autora observa que a corrente pró-pornografia parte de estruturas de poder e sujeitos oprimidos diferentes para avaliar normativamente a pornografia (grupos sexuais dissidentes) ao mesmo tempo em que concebe as mulheres como indivíduos livres que fazem escolhas racionais e livres, em função de seus próprios interesses e vontades.

Um forte ponto de crítica que a autora destina à corrente pró-pornografia consiste no fato dessas ativistas terem, não apenas reelaborado os discursos a favor da pornografia e da prostituição, mas também contribuído para a criação de um conglomerado ideológico revestido de feminismo em torno de uma suposta liberdade sexual e da legitimidade das dissidências sexuais.

Ao buscar um novo sujeito feminista, fundamentado na liberdade individual e abrigado pelas teorias queers, as feministas pró-pornografia estimularam propostas

alternativas ao pornô. Ocorre que essas propostas, adverte a autora, não são qualitativamente diferentes do pornô hegemônico, apenas humanizando algumas práticas sexuais e outorgando as mulheres mais decisão. Em sua visão, as propostas alternativas dificilmente influenciarão no imaginário dominante da sexualidade, que se encontra controlado nas mãos da grande indústria do sexo, mas seriam apenas redutos contraculturais minoritários.

As análises que Rosa Cobo realiza com relação às pornografia alternativas são bastante pertinentes e demonstram os limites e os condicionantes dessas práticas. Todavia, ao invés de rejeitarmos as proposições do pós-pornô ou da pornografia feminista, acredito que seja mais interessante refletirmos sobre maneiras de superar os problemas constatados e aperfeiçoar essas produções que possuem uma preocupação ética com o ambiente de produção pornográfica e almejam expandir a sexualidade humana. O problema inerente da pornografia, como algumas ativistas antipornografia, como Diana Russell, Gail Dines e Glória Steinem, já advertiam, não é a exibição de relações sexuais, mas a presença de degradação feminina e a violência contra as mulheres (RUSSELL, 1994; DINES, 2010; STEINEM, 1997).

Ao analisar o fenômeno da pornografia, Rosa Cobo identifica que a sua estrutura normativa comportaria três grandes dimensões: i) a sexualidade como experiência central da vida dos indivíduos; ii) prática de poder; ii) a satisfação do desejo masculino, que se opera com práticas simbólicas e materiais de violência contra as mulheres.

A autora adverte que a pornografia é tanto um ato de consumo quanto de poder, que contribui para a reprodução do sistema patriarcal e do capitalismo. A obra esboça a ideia de que o tema central da pornografia é a sexualidade e o prazer masculino, sobretudo o poder do prazer, na medida em que os imaginários pornográficos mostram relações de poder, de domínio dos homens sobre as mulheres.

Nesse sentido, ela sustenta que a pornografia deveria ser encarada como uma rearticulação do patriarcado do século XXI, ao atribuir mais poderes aos homens como indivíduos e como sujeitos coletivos. Nos materiais pornográficos, a violência seria o mecanismo de controle e de domínio masculino, traduzida por meio de penetrações, agressões, asfixias, xingamentos, comportando variações culturais de raça e de classe. Em sua visão, a diferença da pornografia da década de 1960 com a de hoje consiste no endurecimento violento de suas práticas, de seus conteúdos e no seu consumo massivo, tornando a violência contra as mulheres, além de extremada, globalizada.

Na esteira do que já vinha sendo sustentado pelas feministas antipornografia (DWORKIN, 1989; MACKINNON, 1996), a autora sustenta que o pornô não é simulacro, representação ou fantasia. Ela é a gravação real de atos de sexuais e de violência, sendo que em alguns casos a violência nem sequer vem acompanhada de atos sexuais, sendo a verdadeira protagonista.

A finalidade da pornografia consiste em abolir todas as regras existentes que possam impedir a plena satisfação dos desejos masculinos. Os imaginários de violência propostos pela pornografia são vendidos pela opinião pública como imaginários de transgressão, legitimador de um novo sistema patriarcal que restabelece a liberdade masculina absoluta, através de um mundo masculino sem regras e nem limites.

No patriarcado moderno, as leis patriarcais prescreviam dois itinerários distintos para os homens acessarem os corpos das mulheres: por meio do matrimônio e por meio da prostituição. Nesse contexto, o incesto¹ e o acesso sexual aos corpos das crianças poderiam ser interpretados como os únicos limites que os homens colocavam a si mesmos frente a afirmação soberana de seus desejos sexuais.

Mesmo quando a Revolução Sexual da década de 1960 se instaurou, colocando a sexualidade cada vez mais no centro da vida cotidiana das pessoas, esses limites não ousaram ser transgredidos. A autora salienta que esse rompimento veio a acontecer com a pornografia: uma parte significativa dos vídeos pornográficos propõe o fim do pacto de silêncio patriarcal e a criação de uma voz pública na defesa da eliminação dessas proibições, pretendendo normalizar e naturalizar o incesto e o abuso sexual na infância, que se tornam *scripts* recorrentes.

Segundo a autora, a exaltação do desejo e do prazer sexual se converteu em uma instância fundamental de legitimação da pornografia. O seu êxito reside na sua institucionalização, realizada pela indústria cultural, pela academia (em especial pelas posições dos liberais e das feministas pró-pornografia) e pelo mercado.

A internet foi a peça-chave na reestruturação do novo capitalismo, com globalização econômica, acarretando também em transformações na indústria pornográfica. No século XXI, a pornografia se transformou em uma indústria global, com modos de funcionamento similares com as das multinacionais, buscando o máximo de benefício pelo menor custo.

Essa nova configuração do mercado implicou em condições de trabalho mais precárias, inseguras e mal pagas. A indústria pornografia é transnacional, se deslocando para países em que a legislação laboral não garante direitos, em busca do maior retorno financeiro possível. A autora adverte que não podemos compreender o crescimento da indústria pornográfica sem observarmos os grandes contingentes de mulheres, de diferentes países do mundo, sobretudo os países periféricos, que vivem em situações de extrema pobreza e com escassas possibilidades de subsistência. Ao se dirigir a essas mulheres, a pornografia também lhes oferece uma possibilidade de subsistência. Nesse contexto, uma importante demonstração que a autora faz é a demonstração de que a expansão da indústria pornografia é indissociável do fenômeno da feminilização da pobreza.

Ao constatar que a pornografia emerge como uma realidade econômica fundamental, a autora adverte que seu crescimento ocorre entre duas economias, legal e ilegal, constitutivas do novo capitalismo global. Por trás da pornografia, existe uma infraestrutura empresarial bem desenvolvida, que se opera dentro de uma economia ilícita, associada à máfia e ao crime organizado, cujos benefícios não são declarados.

Nesse cenário, o negócio pornográfico está estreitamente vinculado com a prostituição e com tráfico de pessoas, como forma de mão-de-obra vulnerável e barata.

¹ Rosa Cobo adverte que o tabu do incesto é paradigmático para explicar como o intercâmbio das mulheres é o princípio da dominação masculina: as mulheres eram encaradas como objetos transacionais entre varões de distintas tribos para chegar a acordos diversos.

A pornografia estimula a expansão de outras áreas da indústria global, contribuindo para criar a demanda que chegará aos clubes de strip-tease e aos prostíbulo.

A autora afirma que pornografia possui um vínculo contingente com a prostituição, o que já vinha sendo observado pelas feministas antipornografia (DWORKIN, 1989; MACKINNON, 1996 e 2020). Ambos os fenômenos pertencem ao mesmo universo, são dispositivos que contribuem para desumanizar e objetificar as mulheres, explorá-las sexualmente, mercantilizá-las e controlar suas sexualidades (MACKINNON, 2020).

Nos dias de hoje, a pornografia e a prostituição são fenômenos que se retroalimentam (MACKINNON, 2020). A pornografia do nosso tempo caracteriza-se pela oferta majoritariamente gratuita, mas altamente lucrativa em decorrência da publicidade e do dinheiro dos afiliados, a quem o tráfego é dirigido. Entre esses afiliados, encontra-se, majoritariamente, uma rede de contatos livres e pagos, que utilizam os sites pornográficos como forma de canalizar os contatos de clientes para a prostituição. A pornografia é o marketing da prostituição. Ainda, a pornografia possui um papel pedagógico para as mulheres que estão na prostituição: os bordeis exibem materiais pornográficos, recordando às prostitutas o que elas devem fazer e o que os clientes podem exigir delas.

A obra de Rosa Cobo retoma os embates feministas sobre a pornografia travada em momentos pretéritos, os atualizando para o cenário atual e reaquecendo as discussões. O impacto da pornografia na construção dos imaginários coletivos e construção das subjetividades a partir da categorização de gênero e o viés econômico desses materiais são pontos fortes da análise realizada. Além disso, a identificação das perspectivas adotadas por cada corrente também traduz uma forte contribuição ao debate, ao visibilizar que as lentes feministas estão adotando graus diferentes para olhar um mesmo fenômeno.

Referências Bibliográficas

COBO, Rosa. *Pornografía – El placer del poder*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2020.

COBO, Rosa. *Perspectivas feministas, Hacia una nueva política sexual*. Madrid: Los Livros de la Catarata, 2011.

COBO, Rosa. *La prostitución en el corazón del capitalismo*. Madrid: Los Livros de la Catarata, 2017.

DINES, Gail. *Pornland: How Porn Has Hijacked Our Sexuality*. Boston: Beacon Press, 2010.

DWORKIN, Andrea. *Pornography: Men Possessing Women*. Nova York: Penguin Group, 1989.

GABRIEL, Karen. *El poder de las culturas del pornô*. Estado del Poder, 2017.

MACKINNON, Catharine A. *Pornografia como tráfico*. Tradução de PAULO, Lara Campos de; RIBEIRO, Raisal D.; e BARBOSA, Renata. In: *Direito e Gênero – violências e vulnerabilidades* (vol. 2). Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020, p. 68-95.

MACKINNON, Catharine A. *Only Words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo (1984)*. In: *Políticas do Sexo*. Tradução de Jamille Pinheiro Días. Ubu Editora, 2017, p. 63-128.

RUSSELL, Diana E. H. *Against Pornography: The evidence of Harm*. Berkeley, California: Russell Publications, 1994.

STEINEM, Gloria. *Memórias da Transgressão: momentos da história da mulher do século XX*. Tradução de Claudia Costa Guimarães. Rio de Janeiro, Record: Rosa dos Tempos, 1997

VANCE, Carole S (Org). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston and London: Routledge & Kegan Paul, 1984.

Recbido em 02/09/2022.

Aceito em 25/11/2022.